



ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO POR LEGISLADORES DO PARLAMENTO UGANDENSE¹

INFORMATION ACCESS AND USE BY LEGISLATORS IN THE UGANDAN PARLIAMENT

Ruth Nalumaga *

Resumo: Investiga práticas de informação no nível parlamento ugandense. O principal objetivo foi destacar as influências do contexto das atividades legislativas no comportamento informacional dos legisladores. As mulheres membros do Parlamento foram especialmente consideradas em razão de seu *status* como grupo social sub-representado na política. Os níveis de acesso e uso da informação foram examinados para ambos os sexos. Foram realizadas entrevistas em profundidade com trinta e cinco legisladores. O roteiro das entrevistas abrangeu a aquisição e uso de informações através de estruturas formais, como a biblioteca parlamentar; a unidade de pesquisa parlamentar; informação eletrônica; iniciativas pessoais. Intermediários e funcionários da biblioteca foram entrevistados e as práticas observadas, sendo as entrevistas registradas e transcritas textualmente. No nível primário de análise, categorias de fontes de informação diferentes foram destacadas e relacionadas com o comportamento informacional. No nível secundário, foram analisados o contexto e as influências parlamentares em relação a ambos os sexos. O comportamento informacional incluiu solicitação ativa e recebimento passivo. A igualdade no acesso está intimamente ligada às instâncias de recebimento "passivo". As necessidades de informação que requeriam pesquisa ativa demonstram diferenças acordo com o sexo. Os legisladores masculinos, possivelmente como *insiders* políticos, pareciam mais adaptáveis às inconsistências na provisão de informações. Mulheres legisladoras poderiam ter mais vantagem com alguns investimentos de baixo custo.

Palavras-chave: Uganda; Parlamento; Informação legislativa.

Abstract: This paper explores information practices at parliamentary level. The main objective is to highlight the influences of the context of legislative activities on the information behaviour of legislators. Female members of Parliament particularly considered because of their previous status as an under-represented social group in politics. Levels of access to and use of information were scrutinised across the sexes. In-depth interviews were carried out with a total of thirty five legislators. The interview guide covered information acquisition and use through formal structures, such as the parliamentary library; the parliamentary research unit; electronic information; personal initiatives, like own subscriptions. Intermediaries and library staff were interviewed and observation was undertaken. Interviews were recorded and transcribed verbatim. At primary level of analysis, categories of different information sources were highlighted and related to information behaviour. At the secondary level the parliamentary context and its influences across the sexes was analysed. Information behaviour included both active solicitation and passive receipt. Evenness in access tied closely with instances of 'passive' receipt. Information needs that required active seeking exhibited a divide according to sex. Male legislators, possibly as political insiders, appeared more adaptive to inconsistencies in information provision. Women legislators could gain advantage from some low cost investments for effectiveness.

Keywords: Uganda; Parliament; Legislative information.

¹Publicado originalmente em **Information Research**, v. 17, n. 4, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/17-4/paper543.html#.WawENMiGPIU>. Tradução de Terezinha Elisabeth da Silva, autorizada pela autora e pelo editor Tom Wilson.

* Bacharel em Biblioteconomia pela East African School of Library and Information Science (EASLIS), mestrado em Biblioteconomia da Monash University (Austrália) e doutorado pela University of Gothenburg (Suécia). Professora e orientadora acadêmica na EASLIS e bibliotecária na Makerere University (relnalumaga@mulib.mak.ac.ug).

1 Introdução

Este artigo foi escrito a partir de pesquisa original sobre os desafios de informação e possibilidades para as mulheres legisladoras no parlamento ugandense (NALUMAGA, 2009)². Tradicionalmente as mulheres eram vistas ocupando posições não dominantes e menos privilegiadas na vida pública. Na África, os processos do colonialismo e do imperialismo foram responsáveis pelo colapso do que era denominado como estruturas estatais pessoais em pequena escala, onde as mulheres pré-coloniais exerciam alguma forma de influência, e as substituíram por estrutura de governo centralizada, incorporada pelo governo britânico (BYANYIMA, 1992).

No entanto, na Uganda uma mudança de governo, em 1986, também trouxe avanços consideráveis no *status* das mulheres na vida pública. Uma política de ação afirmativa foi lançada em 1989, e isso abriu caminho para que assentos especiais, para os distritos³ e outros níveis, fossem reservados para as mulheres na Assembleia Nacional. A disposição afirmativa estendeu-se a outras categorias de grupos de interesse, como juventude, trabalhadores, Exército Nacional e pessoas com deficiência. Essas disposições foram posteriormente consagradas na Constituição Nacional de 1995 e, até o presente, cada um desses grupos de interesse instituiu quotas para as mulheres. As mulheres, por conseguinte, se beneficiaram dessas vagas da ação afirmativa, e quase um terço dos parlamentares ugandeses são mulheres. Isso aumentou a visibilidade das mulheres e legitimou sua presença em espaços anteriormente considerados reservados aos homens (KHARONO, 2003). No entanto, estudiosos feministas (TAMALE, 1999; FRAZER, 1998) argumentam que o universo masculino tende a definir a teoria e a prática políticas modernas, portanto, simplesmente adicionar mulheres às estruturas existentes através da ação afirmativa não é muito efetivo. As autoras argumentam que as forças masculinas e patriarcais possivelmente desativariam a integração e a eficácia significativa dessas ações. Além disso, sustentam que, uma vez que o *status* da mulher é desigual no âmbito privado e doméstico, essa desigualdade se traduz em desvantagens que se espalham para o domínio público através das estruturas masculinas. Portanto, nessas circunstâncias a ação afirmativa não cria, necessariamente, um nível de participação. Continua a existir uma probabilidade de privação adicional num contexto que exemplifica oportunidades e possibilidades. Embora esses estudos em Sociologia e Ciência Política sejam informativos sobre as circunstâncias do envolvimento das mulheres na política, existem menos trabalhos empíricos para questões da área de informação. Presume-se que o acesso e o uso da informação são importantes para facilitar a integração e os papéis legislativos. As atribuições da Assembleia Legislativa Nacional incluem:

- Aprovar leis para a boa governança da Uganda;

² NT – A Assembleia Nacional, ou Parlamento Nacional da Uganda é unicameral, composto por 427 membros eleitos por cinco anos (290 assentos “gerais”, 112 destinados a mulheres e 25 para “representantes” de grupos especiais). Há ainda 13 membros *ex officio*, indicados pelo presidente.

³ NT – Os distritos correspondem aos municípios, no Brasil. Uganda possui 111 distritos e uma capital, distribuídos por quatro regiões administrativas.

- Fornecer ao Governo os meios para realizar o trabalho, mediante a imposição de sanções legislativas e aquisição de empréstimos;
- Avaliar a política e a administração do Governo;
- Acompanhar a implementação de programas e projetos governamentais (UGANDA, 2012).

O estudo considerou esses papéis desempenhados pelos parlamentares em nível nacional. Os deputados também têm a responsabilidade de representar seus eleitores, para tanto, as necessidades de informação podem ser consideradas em dois níveis principais. Em termos de carreira legislativa, as necessidades de informação incluem informações governamentais, informações de grupos de interesse, partidos políticos, cidadãos individuais e em grupos acerca de questões relacionadas às suas comunidades, e ainda questões de interesse nacional (COLEMAN; TAYLOR; VAN DE DONK 1999; MILLER et al., 2004); fontes de financiamento para atividades comunitárias, notícias e acontecimentos para o legislador manter-se atualizado e formular opiniões (SHEPHERD, 1991).

No entanto, o tema principal deste trabalho é explorar as práticas de informação em nível nacional a fim de destacar as influências do contexto das atividades legislativas no comportamento informacional dos legisladores (também referidos neste artigo como parlamentares e membros do parlamento). O foco está no acesso e uso da informação por meio das estruturas formais de provisão de informação que incluem: biblioteca parlamentar e outras bibliotecas; comissões parlamentares; unidade de pesquisa parlamentar; tecnologias de informação e comunicação para acesso e utilização de informações eletrônicas; iniciativas próprias como subscrições pessoais a fontes e utilização de intermediários. Em relação às estruturas formais o pressuposto era que o trabalho legislativo em nível nacional, que envolve a elaboração de leis e o controle das atividades governamentais, seria fortemente dependente de certos tipos de informação documentada e que o uso de estruturas formais seria uma forma de adquirir a informação pertinente para cumprir estas responsabilidades.

2 Quadro conceitual

Neste estudo a abordagem social, ou abordagem baseada no contexto, fornece a base para o escrutínio do ambiente social da legislação e seu impacto sobre as informações acessíveis e utilizadas. Esta abordagem refere-se às perspectivas de comportamento da informação fora do âmbito das estruturas cognitivas (PETTIGREW et al., 2001). O foco não foi necessariamente as características pessoais dos usuários da informação, mas o contexto social e, neste caso, político.

O comportamento informacional das mulheres legisladoras em comparação com os legisladores do sexo masculino foi analisado utilizando-se os conceitos teóricos de *insiders* e *outsiders*. Esta abordagem advém de vários pesquisadores, a exemplo de Chatman (1996), mas foi atribuída principalmente a Merton (1972; 1996) em sua discussão sobre as bases sociais do

conhecimento em circunstâncias específicas. Um dos pressupostos para essa afirmação seria que "é preciso ser para entender" e que é possível ter acesso monopolista ou privilegiado ao conhecimento ou enfrentar a exclusão em virtude da condição de membro de determinado grupo ou da posição social. A questão da posição social foi especialmente importante para a compreensão e contextualização do lugar das mulheres na sociedade.

Na pesquisa em Ciência da Informação, Wilson argumenta em sua proposição que a experiência e o conhecimento do mundo social dependem de sua localização no espaço temporal e nas redes de relações sociais (WILSON, 1983). Em se tratando de mulheres no legislativo, o conceito de *outsider* foi considerado apropriado. A razão para esta classificação, derivada de pesquisas anteriores, é que: primeiro, as estruturas parlamentares foram construídas com base em princípios masculinos e masculinidade, normas masculinas, qualidades e privilégios (por vezes um capital social acumulado pelo nascimento em famílias políticas patriarcais), e as mulheres eram simples acréscimo a essas estruturas. Em segundo lugar, a socialização das mulheres sempre foi diferente e com menos aspiração a cargos públicos e, conseqüentemente, com baixa experiência na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões. Em terceiro lugar, a sociedade ainda espera que as mesmas circunstâncias prevaleçam na estrutura social, apesar de uma mudança de *status* e, o fato de terem sido anteriormente sub-representadas, significa que não existe muita informação para que as mulheres possam aprender.

Pesquisadores em Ciência da Informação relacionaram estreitamente a abordagem de *insider/outsider* às questões de acesso à informação. Chatman (1990; 1992; 1996; 1999; 2000), uma das pesquisadoras-chave, utilizou a abordagem em seus estudos de fluxos de informação em populações à margem da sociedade e em grupos fechados (faxineiros, mulheres em casa de repouso, mulheres prisioneiras). Embora o foco da autora estivesse em contextos marginais, neste trabalho, ampliamos sua aplicabilidade para um ambiente *mainstream*.

3 Estudos de informação no Legislativo

Poucos estudos têm sido realizados sobre os legisladores como um grupo distinto de usuários da informação, dos quais destacam-se os seguintes.

Bradley (1980) tratou da motivação de legisladores para a escolha de fontes de informação. Foram feitas perguntas sobre as fontes consideradas mais úteis para fornecer aos legisladores informações para a formulação de políticas nas áreas de ciência e tecnologia. As audiências nas comissões, a assessoria jurídica, os partidos interessados e os grupos de interesse público foram as fontes classificadas como mais importantes pelos legisladores.

Marcella, Carcary e Baxter (1999) investigaram as atitudes dos tomadores de decisão no Parlamento Europeu sobre o papel da informação no ambiente de trabalho e sua capacidade de identificar, acessar e avaliar a informação mais relevante para suas necessidades. Os resultados sugerem que as fontes mais populares são as não oficiais, os contatos informais e os arquivos

peçoais dos membros do Parlamento Europeu, opondo-se às bases de dados e serviços oficiais da União Europeia.

Em outro estudo, Marcella et al. (2007) pesquisaram o comportamento de busca de informação pelos membros do Parlamento Europeu em relação à utilização do centro de documentação parlamentar. Uma das conclusões significativas foi a falta de conhecimento, por parte dos legisladores, do serviço de informação do parlamento, incluindo um membro que esteve no Parlamento por mais de 30 anos.

Outra fonte sobre o legislativo emana de bibliotecários e técnicos, incluindo um trabalho de Tanfield (1995), bibliotecária da Câmara dos Comuns do Reino Unido, que enfatizou a necessidade de bibliotecas parlamentares avaliarem seus serviços, destacando várias técnicas para a realização.

Brian (2004), bibliotecário parlamentar em Nova Gales do Sul, Austrália, destacou os vários serviços de informação, como também as estratégias gerais da biblioteca para lidar com as necessidades dos legisladores.

Estes estudos sobre o mundo ocidental, em geral a Europa, refletem uma longa tradição de democracia parlamentar e o papel da informação e dos serviços de informação. Centram-se nos motivos pelos quais os parlamentos dispõem de informações e as formas de prestação dos serviços (SEREMA, 1999) e focam em abordagem administrativa (MARCELLA, 2007). De fato, como Marcella observa, parte da literatura sobre o comportamento da informação legislativa origina do pessoal das bibliotecas e não em estudos independentes.

Na África há ainda menos estudos e a maioria deles é reticente em questões de diferença de sexo. Um desses estudos foi realizado por Thapisa (1996) sobre as necessidades de informação dos parlamentares de Botswana. As principais conclusões indicam que os legisladores tomavam decisões importantes sem a informação adequada, em virtude da lacuna informacional. O único membro feminino no Parlamento da Botswana no momento da realização da pesquisa não foi considerado no estudo.

O segundo estudo, conduzido com legisladores ganenses, foi realizado por Alemna e Skouby (2000) que tentaram descobrir as necessidades de informação, o comportamento de busca de informação dos legisladores e a adequação dos serviços de biblioteca. Um terceiro estudo sobre a África foi realizado por Mostert e Ocholla (2004) para descobrir as necessidades de informação e o comportamento de busca de informação dos parlamentares da África do Sul. O objetivo foi investigar fontes, sistemas e serviços de informação parlamentar e, ainda, determinar o papel desempenhado pelos serviços de informação parlamentar no país.

Os três estudos utilizaram métodos quantitativos, por várias razões, incluindo a falta de acesso aos respondentes e dificuldade de observação direta. Não fornecem muita informação sobre o contexto das necessidades e comportamentos informacionais. Além disso, não há muita informação sobre parlamentares mulheres. Os estudos silenciam sobre as possibilidades de

inclusão de questões femininas no fornecimento e acesso à informação.

4 Métodos

Este estudo baseou-se em entrevistas em profundidade com 35 membros do Parlamento, propositalmente selecionados para levar em consideração as variações entre os grupos representados no Parlamento. A pesquisa foi realizada entre 2006 e 2008. As mulheres estudadas incluem: 14 representantes de assentos afirmativos de distritos; cinco representantes de assentos não afirmativos; três representantes de grupos de interesses especiais (trabalhadores, portadores de deficiência e Exército Nacional). Dentre os entrevistados masculinos, 11 são representantes de distritos e dois representantes de grupos de interesses especiais (Exército e portadores de deficiência).

A distribuição é apresentada no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Membros do parlamento

Tipo de Parlamentar		Masculino	Feminino
“Assentos Afirmativos”	Jovens	—	—
	Membros do Exército	1	1
	PCD	1	1
	Trabalhadores	—	1
	Distritos	—	14
Ordinários		11	5
Total		13	22

Fonte: elaborado pela autora

Por tratar-se de estudo exploratório, foi desenvolvido um roteiro de entrevista com características incrementais e com flexibilidade para facilitar uma compreensão aprofundada das questões elencadas (PATTON, 2002). O guia continha perguntas sobre:

► Aquisição e utilização de informação através de sistemas formais, bem como o acesso a estruturas formais de intercâmbio de informações, incluindo:

- Comissões;
- Serviços Parlamentares de Gestão de Registros;
- Biblioteca parlamentar;
- Outras bibliotecas;
- A unidade de pesquisa parlamentar;
- Infraestrutura de tecnologia da informação e expertises associadas;
- Informações eletrônicas (e-mail e internet).

► Iniciativas pessoais na aquisição de informações, por exemplo:

- Assinaturas individuais de fontes de informação;
- Empenho individual para assistência informacional.

Mas questões sobre uso de sistemas de informação foram normalmente incorporadas a

contextos específicos das tarefas dos legisladores, papéis percebidos, ambições e interesses.

Em relação à utilização das estruturas formais, outros entrevistados incluíram serviços de intermediários e de pessoal da biblioteca. No entanto, uma vez que o cenário tecnológico está em constante mudança, foram realizadas entrevistas adicionais em janeiro de 2017 com dois funcionários da biblioteca para verificar se houve mudanças no fornecimento de informações formais. A observação direta do uso da biblioteca foi uma técnica adicional. Os níveis de acesso e uso da informação foram analisados de acordo com o sexo do entrevistado.

5 Resultados

Todas as entrevistas foram gravadas digitalmente e transcritas. A análise foi subdividida em duas partes, a categorização primária e a secundária. No nível primário, as fontes de informação foram identificadas e classificadas de acordo com o tipo de informação obtida, o canal utilizado e o comportamento informacional correspondente. O nível secundário centrou-se na análise do contexto e suas influências.

Duas formas de comportamento informacional foram identificadas a partir dos sistemas de informação: o recebimento passivo e a solicitação ativa.

5.1 Recepção passiva de informações: os Serviços de Gestão de Registros Parlamentares

Este foi o principal serviço no Parlamento, por meio do qual a informação considerada pertinente para o desempenho das tarefas legislativas foi canalizada e divulgada. Informações originadas nas estruturas internas no parlamento, como comissões e, fora do parlamento, de órgãos (governamentais, paraestatais, não governamentais) com mandato legal para documentar e apresentar suas atividades para a avaliação do parlamento. Outras informações provêm de fontes menos direcionadas ao trabalho legislativo. A informação obtida através deste canal é principalmente a impressa, e inclui os seguintes conteúdos:

- Despachos de ordem (agenda do parlamento);
- Relatórios (do governo, comissões, cúpulas, órgãos estatutários, organismos estrangeiros, grupos religiosos, organizações não-governamentais);

- Contas;
- Declarações ministeriais;
- Declarações políticas;
- Circulares;
- Petições;
- Anúncios comerciais;
- Cartas;
- Convites (para *workshops*, grupos de *lobby*).

Nesses casos, o acesso se dava de forma igual para ambos os sexos e poderia ser descrito

como "recepção passiva", uma vez que os legisladores adquiriram a informação sem busca ativa e esforço, mas através de arranjos formais de seu ambiente de trabalho. A utilização dessas informações tem motivação tripla: necessidades e requisitos para que os legisladores desempenhem funções de controle das instituições, atividades e finanças do Estado; elaboração de leis e; manutenção de uma base de conhecimento mais ampla de assuntos nacionais e internacionais, a fim de estabelecer debates a partir de situação bem informada.

No entanto, para ambos os sexos houve desafios acerca do uso dessa informação. Volume, tamanho e imprevisibilidade foram preocupações expressas, o que tende a distorcer os critérios sobre as reais necessidades de informação. Contudo, a necessidade de informação pode ser compreendida através das preferências e interesses legislativos expressos pelos legisladores (por exemplo, preocupação com determinados grupos, como questões relacionadas a mulheres, bem-estar infantil, juventude, dotações orçamentárias, finanças ou saúde materna). Alternativamente, o nível de especialização (conhecimento em questões específicas que emergem no plenário), tende a ditar o foco de atenção. A necessidade de informação também foi expressa através da filiação do legislador, por exemplo, aqueles interessados em atividades de Comissões específicas buscaram por documentos originários dessas Comissões. Deu-se pouca atenção a informações de carácter comercial e informações provenientes de organismos religiosos.

Todavia, a disseminação de informações em meio impresso impôs grandes restrições orçamentárias à administração parlamentar, especialmente porque a adesão à casa continuou a crescer. O custo do papel, impressão e fotocópia de documentos oficiais para cerca de 400 legisladores sobrecarregou a administração e tomou-se a decisão de melhorar o acesso através do uso das TIC. Em 2013, foram adquiridos i-Pads para todos os legisladores, juntamente com um sistema integrado de gerenciamento de documentos denominado Alfresco. O sistema de documentos, que opera em tecnologia de armazenamento em nuvem, funciona como um depósito central e ponto de acesso para todos os documentos oficiais referentes ao trabalho legislativo. Desde então, algumas das atividades da biblioteca evoluíram para incluir, entre outras coisas, povoamento e atualização de bancos de dados, por meio da digitalização de documentos em papel para inclusão periódica nos bancos de dados. Dentre os serviços introduzidos, um deles relaciona-se com o autoconhecimento do Parlamento. Esse serviço fornece atualizações diárias do "Parlamento na imprensa". A equipe da biblioteca indexa os artigos de jornais sobre o Parlamento e os parlamentares, e as informações são disponibilizadas em forma de alertas no banco de dados.

As mudanças no uso da biblioteca, como a redução nos pedidos de documentos oficiais, foram observadas pela equipe. Pode-se argumentar que o acesso pelo i-Pad seja fácil e rápido, embora desafios semelhantes de sobrecarga e uso, observados anteriormente no sistema impresso, ainda possam prevalecer.

Por outro lado, os serviços de gerenciamento de registros parlamentares assumiram a função do correio pessoal, dos registros de trabalho e da custódia de documentos icônicos, como

os planos estruturais.

5.2 Solicitação ativa: comissões

As tarefas parlamentares são conduzidas, principalmente, em Comissões e sessões plenárias. Nas Comissões as tarefas legislativas são atribuídas a grupos de trabalho menores que, eventualmente, apresentam atividades documentadas e posições definidas para o debate no plenário da Câmara (sessões plenárias). Uma das principais preocupações da pesquisa era saber se as legisladoras tinham acesso a comitês de escolha, através dos quais as contribuições individuais tenham sido incorporadas aos relatórios das Comissões. A escolha da Comissão foi interpretada como ato de solicitação ativa e as respostas indicaram que o acesso a esses fóruns de troca de informações era relativamente igual. Outro ponto de interesse referente às Comissões, foi a questão da liderança. As posições de liderança traziam inerentes privilégios de informação, tanto na influência como na manutenção da informação paga pelo governo. Os resultados revelaram que as mulheres tinham dificuldades de manter suas posições, seja como presidentes de comissões, vice-presidentes ou como ministros do governo.

5.3 Solicitação ativa: acesso e uso de biblioteca, tecnologia da informação e comunicações e serviços de pesquisa

Esta seção trata da maneira como os legisladores apresentaram demandas formais aos sistemas de informação, incluindo bibliotecas, estruturas de informação e comunicação (computadores e Internet) e serviços de pesquisa. Foram obtidas respostas de legisladores femininos e masculinos sobre a utilização das infraestruturas formais de informação, sendo este um dos casos em que a informação foi ativamente buscada. As perguntas levantadas incluíram o uso da biblioteca parlamentar, dos serviços de pesquisa parlamentar, de outras bibliotecas, e das subscrições pessoais a serviços de informação, ao e-mail, à internet, e à busca de informação para outros propósitos fora do trabalho parlamentar, por exemplo para atividades acadêmicas. Os destaques gerais são os seguintes:

a) Uso da biblioteca por legisladoras. Os usos giraram principalmente em torno de busca de informações para apoiar funções nas Comissões, para contribuir com debates e fazer apresentações, e para fins acadêmicos. Apenas duas parlamentares subscreveram serviços de informação fora do âmbito formal.

b) E-mail e Internet. As legisladoras usavam as facilidades de correio eletrônico para sua correspondência pessoal e também como um canal de disseminação de algumas informações legislativas e de suas redes dentro e fora do parlamento. A internet também foi usada para informações acerca de interesses relacionados com o trabalho parlamentar.

Foram registradas mais queixas de mulheres sobre o estado da infraestrutura tecnológica, e presume-se que isso impediu o atendimento de suas necessidades de informação. Observações

pessoais mostraram que a infraestrutura não era apenas inadequada em termos numéricos (12 computadores reservados para mais de 300 legisladores), mas a conexão também não era confiável. A internet era lenta e intermitente.

c) Serviços de pesquisa. As legisladoras indicaram o uso desses serviços para melhorar a visibilidade e o trabalho legislativo. Os usos incluíram apresentações de *papers* e apresentações de moções no parlamento.

d) Assistentes pessoais. Nenhuma das mulheres legisladoras indicou manter assistência pessoal para facilitar a aquisição ou processamento de informações.

e) Uso da biblioteca por legisladores do sexo masculino. Os legisladores indicaram maior uso dos recursos da biblioteca para buscar informações relacionadas às obrigações legislativas. Alguns deles incluíam a preparação de moções, de convocações (*question time*)⁴, trabalho de comissões e debates. Também foram mencionadas deficiências no acervo da biblioteca. Além disso, sete legisladores disseram subscrever literatura relacionada com atividades políticas.

f) E-mail e internet. O uso intenso de e-mail foi relatado para diferentes atividades, incluindo correspondências pessoais com colegas, contatos internacionais, acesso a assinaturas on-line. O uso da internet também surge para a busca de informações sobre notícias internacionais e outros parlamentos.

g) Serviços de pesquisa. Os serviços de pesquisa foram acessados e usados para vários propósitos, incluindo apresentações de *papers*, informações suplementares sobre projetos específicos e pesquisas bibliográficas básicas.

h) Assistentes pessoais. Alguns legisladores do sexo masculino contrataram assistentes pessoais para realizar tarefas como envio de informações, incluindo viagens a outras bibliotecas ou centros de informações, classificação, arquivamento e organização de documentação, pesquisas na internet, tratamento de mensagens, incluindo e-mails, entrega de mensagens e informações, preparação de *clippings*, realização de pesquisas para apoiar as movimentações do legislador no parlamento e resumos de informações, com indicação para serviços de Internet. No entanto, para legisladores em cargos de liderança (como presidentes de comissões, presidentes da casa, oficiais de gabinetes), a assistência de informação foi paga pelo Estado, presumivelmente em reconhecimento por suas responsabilidades adicionais.

Embora os legisladores (mulheres e homens) tenham expressado descontentamento com o fornecimento de informação, a única reclamação igual para ambos se refere à necessidade de mais acervo na biblioteca. As demais queixas diferiram. Por exemplo, enquanto as mulheres apontaram infraestrutura inadequada em termos de conectividade e equipamentos (número) e

⁴ NT – *Question time* corresponde, no Brasil, à Convocação, conforme disposto no Art. 50 da Constituição Federal e no Art. 219, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cujo comparecimento do convocado é obrigatório.

número inadequado de pesquisadores, os entrevistados masculinos não expressaram essas preocupações mesmo sendo óbvias e imediatamente observáveis. Às vezes as filas para utilização de computadores eram visíveis. Os legisladores masculinos mostraram versatilidade para lidar com essas carências, tomando medidas adicionais e dispendendo recursos para adquirir informação, o que muitas vezes os libertava para se concentrarem em questões urgentes.

Os relatos dos intermediários mostraram que as necessidades de informação variavam entre os casos de informação factual, de fornecimento de suporte técnico às instalações e serviços de tecnologia da informação e apoio a funções não legislativas.

6 Discussão e conclusão

O principal objetivo deste trabalho foi destacar as influências do contexto da legislação sobre o comportamento informacional dos legisladores. No estudo, as legisladoras foram consideradas enfrentando dois níveis de marginalização: no nível social e na esfera pública da política *mainstream*. Elas foram classificadas como *outsiders*, um conceito adaptado de Merton (1972; 1996) e Chatman (1996; 1999; 2000; 2001). Com o uso da abordagem afirmativa para reforçar os números, pode-se argumentar que havia confiança excessiva que as mulheres fossem incluídas como parte integrante da política *mainstream*. O estudo procurou descobrir os efeitos da estrutura política sobre o acesso e uso da informação pelas mulheres legisladoras em comparação com os legisladores do sexo masculino e verificar se tal estatuto impõe influências adversas. As estruturas parlamentares nacionais formais foram objeto de análise para este trabalho.

Em relação ao acesso, os resultados revelaram igualdade de comportamento no caso da informação recebida passivamente. No entanto, havia preocupação em relação à entrada de informação em grande quantidade o que, por vezes, tendia a distorcer a real necessidade de informação. No ponto de vista dos legisladores, a percepção por trás dessa disseminação em massa assenta-se na premissa de que tomadas de decisões nacionais exigiam opinião equilibrada e conhecedora de assuntos locais e internacionais. A usabilidade dessas informações foi, contudo, um ponto controverso. A maioria dos legisladores de ambos os sexos concordou que algumas das informações poderiam ser utilizadas, especialmente informações relacionadas ao governo e comunicações internas. Na tentativa de gerenciar o contexto de sobrecarga de informações, alguns legisladores exibiram comportamento informacional consistente com o que Bates (2002) descreveu como monitoramento, onde os usuários mantêm um estado de alerta de *back-of-the-mind*.⁵ Esse comportamento foi exibido ao selecionar e privilegiar informações de interesse, ao mesmo tempo descartando ou ignorando o restante. No entanto, em outros casos, as responsabilidades de informação e outros fatores na cadeia de disseminação foram citados como obstáculos ao desempenho. As queixas limitavam-se ao caráter improvisado do sistema de

⁵ NT – Questão preocupante mas sobre a qual não se investe tempo realizando.

distribuição e havia dúvidas quanto às intenções tácitas do governo sobre a funcionalidade o poder legislativo. Os atrasos na publicação da agenda parlamentar e, por vezes, os documentos correspondentes, por exemplo, foram particularmente preocupantes. Dúvidas como essas prejudicavam a capacidade no preparo da informação e o envolvimento bem informado em debates e discussões. Poderia também haver consequências para a formulação da política nacional e esta é uma área que requer mais investigação.

Nos casos de solicitação ativa de informações da biblioteca, por meio de dispositivos tecnológicos e serviços de pesquisa, o acesso aos sistemas também pareceu ser igual. No entanto, alguns legisladores indicaram problemas na adequação dos serviços de biblioteca, como o número inadequado de pessoal de pesquisa e infraestrutura tecnológica insuficiente e as competências dos usuários no acesso e manipulação de informações em formatos eletrônicos. Ao abordar problemas e inconsistências na provisão de informação, as diferenças entre os sexos se evidenciaram. As legisladoras tendiam a aceitar as estruturas existentes, enquanto os legisladores masculinos adotaram outras estratégias. Os esforços dos legisladores masculinos incluíam assinaturas pessoais a fontes de informação relevantes com a função de: advertir publicamente o governo sobre atrasos processuais, especialmente em relação à ordem do dia; contratação de assistentes pessoais de informação, como estagiários, tanto para processar e reempacotar informações necessárias, como para participar de círculos de compartilhamento de informação. Trata-se de estratégias e investimentos que criaram disparidades no acesso e na usabilidade da informação em nível nacional. A maioria das mulheres legisladoras desconhecia a possibilidade e, ao mesmo tempo, eram menos propensas a investir recursos pessoais. Além disso, as legisladoras não mantinham posições de liderança que garantissem a assistência estatal, uma vez que a liderança, tanto em nível parlamentar como de gabinete, estava fora do âmbito do mandato afirmativo. Assim, os legisladores masculinos, como supostos *insiders* políticos, provavelmente priorizaram o acesso à informação como uma forma de influenciar a tomada de decisão e, no processo, manter sua visibilidade. A visibilidade na esfera pública foi interpretada como capital informativo e indicação de desempenho. Alguns investimentos tinham baixo custo, como o uso de estagiários. As atividades das legisladoras podem ser melhoradas se as boas práticas forem internalizadas. A versatilidade demonstrada por alguns legisladores masculinos ao se envolverem em situações desafiadoras poderia também ser atribuída a variações na exposição e a processos sociais que colocam as mulheres à margem da ação pública. Tal situação põe em evidência a viabilidade de uma abordagem *top-to-bottom* para corrigir as desigualdades.

Concluindo, o contexto da legislação nacional tende a proporcionar um nível relativamente baixo de acesso aos sistemas de informação para ambos os sexos. No entanto, os contextos do excesso de informação, quando da provisão passiva, e as circunstâncias que antecedem a busca ativa de informação levaram a diferentes comportamentos informacionais entre os gêneros. Seria necessário melhorar as estruturas de informação em vários níveis. Mas,

apesar das insuficiências, as legisladoras poderiam se beneficiar mais com a internalização de práticas e a adoção de algumas das estratégias utilizadas pelos colegas para lidar com os desafios da informação estrutural. A utilização de informações pertinentes tende a criar vantagem sobre a eficácia, a visibilidade e a persuasão no processo legislativo e, para as mulheres legisladoras, marcaria a integração final ou a iniciativa privilegiada na tomada de decisões públicas. A pesquisa demonstrou que os legisladores masculinos tendiam a estar em vantagem e algumas dessas estratégias eram relativamente de baixo custo e, se cuidadosamente analisadas, podiam estar ao alcance também das legisladoras.

Referências

ALEMNA, A. A.; SKOUBY, K. E. An investigation into the information needs and information seeking behavior of members of Ghana's legislature. **Library Management**, v. 21, n. 5, p. 235-240, 2000.

BATES, M. J. Towards an integrated model of information seeking and searching. **New Review of Information Behaviour Research**, v. 3, p. 1-15, 2002.

BRADLEY, R. B. Motivations in legislative information use. **Legislative Studies Quarterly**, v. 5, n. 3, p. 393-406, 1980.

BRIAN, R. Informing Parliament. **Library Management**, v. 25, n. 1/2, p. 22-27, 2004.

BYANYIMA, W. K. Women in political struggle in Uganda. In: BYSTYDZIENSKI, J. M. (Ed.). **Women transforming politics: world-wide strategies for empowerment**. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

CHATMAN, E. A. Alienation theory: application of a conceptual framework to a study of information among janitors. **RQ**, v. 29, n. 3, p. 355-368, 1990.

_____. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996.

_____. **The information world of retired women**. Westport: Greenwood Press, 1992.

_____. Keynote address: an insider/outsider approach to libraries, change and marginalized populations. In: NATIONAL CONFERENCE 'ALTERATION OF GENERATIONS', Borås, Apr. 2001. **Paper...** Disponível em: <http://bada.hb.se/bitstream/2320/4948/1/Chatman01.pdf> Acesso em: 16 nov. 2012.

_____. **New Review of Information Behaviour Research**, v. 1, p. 3-17, 2000.

_____. A theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 3, p. 207-217, 1999.

COLEMAN, S.; TAYLOR, J.; DONK, W. van de (Eds.). **Parliament in the age of the Internet**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FRAZER, E. Feminist political theory. In: JACKSON, S.; JONES, J. (Eds.). **Contemporary feminist theories**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998.

KHARONO, E. **Review of affirmative action in Uganda**. Kampala: Uganda Women's Network, 2003.

MARCELLA, R.; CARCARY, I.; BAXTER, G. The information needs of United Kingdom Members of the European Parliament (MEPs). **Library Management**, v. 20, n. 3, p. 168-178, 1999.

MARCELLA, R. et al. The information needs and information-seeking behaviour of the users

of the European parliamentary documentation centre: a customer knowledge study. **Journal of Documentation**, v. 63, n. 6, p. 920-934, 2007.

MERTON, R. K. *Insiders and outsiders: a chapter in the sociology of knowledge*. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 1, p. 9-47, 1972.

_____. **On social structure and science**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

MILLER, R.; PELIZZO, R.; STAPENHURST, R. **Parliamentary libraries, institutes and offices: the sources of parliamentary information**. Washington: World Bank Institute, 2004.

MOSTERT, B. J.; OCHOLLA, D. N. Information needs and information seeking behavior of Parliamentarians in South Africa. **South African Journal of Library and Information Science**, v. 71, n. 2, p. 136-150, 2004.

NALUMAGA, R. E. L. **Crossing to the mainstream: information challenges and possibilities for female legislators in the Ugandan parliament**. Borås: Valfrid, 2009.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

PETTIGREW, K. E.; FIDEL, R.; BRUCE, H. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001.

SEREMA, B. C. Matching MP's information needs and information services in the House of Commons. **Library Management**, v. 20, n. 3, p. 179-189, 1999.

SHEPHERD, C. The Member's need for information. In: ENGLEFIELD, D. (Ed.). **Workings of Westminster: essays in the honor of David Menhennet, Librarian of the House of Commons, 1976-1991**. Aldershot: Dartmouth, 1991. p. 25-30

TAMALE, S. **When hens begin to crow: gender and parliamentary politics in Uganda**. Kampala: Fountain Publishers, 1999.

TANFIELD, J. The role of assessment of services in planning future developments in parliamentary libraries. In: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 61., 1995, The Hague. **Conference Proceedings...** The Hague: International Federation of Library Associations and Institutions, 1995. Disponível em: <http://ifla.queenslibrary.org/IV/ifla61/61-tanj.htm>. Acesso em 16. Nov. 2012. (Arquivado por WebCite® em: <http://www.webcitation.org/6CDwjuuNR>)

THAPISA, A. P. N. Legislative information needs of indigenous Parliamentarians in Botswana and impact on effective decision-making. **International Information and Library Review**, v. 28, n. 23, p. 203-232, 1996.

UGANDA. Parlamento. **Functions of Parliament**. 2012. Disponível em: <http://www.parliament.go.ug/new/index.php/about-parliament/functions-of-parliament>. Acesso em 29 out. 2012. (Arquivado por WebCite® em: <http://www.webcitation.org/6Br5W6ml4>)

WILSON, P. **Second-hand knowledge: an inquiry into cognitive authority**. Westport: Greenwood Press, 1983.